

Sumário

Palavras Prévias – 18ª edição	21
Prefácio	25
Apresentação	27
Capítulo Introdutório – As Obrigações em Leitura Civil-Constitucional.....	29
Capítulo I ► Introdução ao Direito das Obrigações	37
1. Noções gerais.....	38
1.1 Conceito de obrigações.....	38
1.2 Características essenciais	44
1.2.1 A responsabilidade patrimonial	46
1.3 Evolução histórica das relações obrigacionais	53
1.4 Introdução ao estudo das garantias	59
1.5 Posição no direito civil	67
1.6 O sistema privado obrigacional: o civil, o empresário e o consumidor	70
1.6.1 Unificação do direito das obrigações: o empresário.....	73
1.6.2 O empresário e a Lei da Liberdade Econômica	76
1.6.3 O consumidor como sujeito especial de relações obrigacionais.....	79
1.6.4 O consumidor e o superendividamento: Lei n. 14.181/21	92
2. Elementos constitutivos das obrigações	107
2.1 Generalidades.....	107
2.2 Elemento subjetivo: o credor e o devedor (e o agente fiduciário – Lei n. 14.711/23)	110
2.3 Elemento objetivo (a prestação).....	114
2.4 Elemento abstrato ou espiritual (o vínculo jurídico).....	118
2.4.1 O vínculo jurídico e a garantia de cumprimento.....	118
2.4.2 Consequências do não cumprimento espontâneo	119
2.4.3 A execução da obrigação através do Poder Judiciário.....	120
2.4.4 O vínculo jurídico e a excepcional possibilidade de prisão civil do devedor.....	121
3. Principais distinções.....	136
3.1 Direitos reais.....	136
3.1.1 Revisão crítica da dicotomia: direitos obrigacionais x direitos reais	139
3.1.2 Situações híbridas.....	141
3.1.3 Obrigações <i>propter rem</i>	143
3.2 Direitos da personalidade.....	147
3.3 Obrigação, dever, sujeição e ônus	150
4. Fontes das obrigações	153
4.1 Introdução.....	153
4.2 Tripartição das obrigações segundo as suas funções.....	156
4.2.1 Negócio jurídico	156

4.2.2	Responsabilidade civil	158
4.2.3	Enriquecimento sem causa	161
4.3	A boa-fé objetiva como fonte das obrigações	163
5.	Os paradigmas do Código Civil no direito das obrigações	164
5.1	As obrigações e o Código Civil de 2002.....	164
5.2	Princípio da socialidade.....	165
5.3	Princípio da eticidade.....	168
5.4	Princípio da operabilidade	172
6.	A obrigação complexa (“a obrigação como um processo”)	173
6.1	Introdução.....	173
6.2	Os deveres de conduta.....	177
6.2.1	Noções gerais sobre os deveres de comportamento ético exigido das partes na relação obrigacional.....	177
6.2.2	Funções dos deveres de conduta.....	180
6.2.3	Os deveres de conduta e a tutela de terceiros	184
6.2.4	O terceiro ofendido e a relação obrigacional.....	185
6.2.5	O terceiro ofensor e a relação obrigacional	186
6.3	A boa-fé como fundamento e o seu papel no caráter dinâmico da relação obrigacional	189
6.3.1	A boa-fé como cláusula geral e a sua influência sobre a obrigação	189
6.3.2	Acepções da boa-fé objetiva	191
6.3.3	A boa-fé e o princípio da dignidade da pessoa humana	193
6.3.4	As funções da boa-fé no Código Civil.....	195
6.3.5	A boa-fé objetiva no CPC/15	199
6.3.6	A boa-fé objetiva e a COVID-19.....	201
6.3.7	A boa-fé e o superendividamento: Lei 14.181/2021	204
7.	As obrigações contratuais e a Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/19)	208

Capítulo II ► Modalidades de Obrigações I – Classificação quanto ao

Objeto	215	
1.	Introdução: a prestação como objeto da obrigação	216
2.	Classificação quanto ao objeto.....	222
2.1	Obrigação de dar e de restituir.....	222
2.1.1	A obrigação de dar como processo.....	223
2.1.2	Obrigação de dar coisa certa.....	225
2.1.2.1	A impossibilidade das obrigações de dar: a teoria dos riscos.....	227
2.1.3	Obrigação de dar coisa incerta.....	240
2.1.3.1	Generalidades.....	240
2.1.3.2	O processo obrigacional das dívidas genéricas.....	242
2.1.4	A desmaterialização das obrigações de dar	246
2.2	Tutela processual das obrigações de dar coisa certa e coisa incerta	248
2.2.1	Tutela processual das obrigações de dar coisa certa.....	248
2.2.1.1	O cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de dar coisa certa.....	248
2.2.1.2	A execução de título extrajudicial para entrega de coisa certa.....	253
2.2.2	Tutela processual das obrigações de dar coisa incerta.....	254

2.2.2.1	O cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de dar coisa incerta.....	254
2.2.2.2	A execução de título extrajudicial para entrega de coisa incerta.....	255
2.3	A execução das obrigações pecuniárias	255
2.3.1	O cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia.....	256
2.3.2	O processo autônomo de execução de quantia certa	258
2.3.3	O procedimento monitório.....	263
2.3.4	A execução da obrigação de prestar alimentos.....	268
2.3.4.1	Cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos.....	268
2.3.4.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial.....	270
2.4	Obrigação de fazer	270
2.4.1	Generalidades	271
2.4.2	A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de fazer	276
2.4.3	A obrigação de fazer nas relações de consumo.....	280
2.5	Obrigação de não fazer	282
2.5.1	Generalidades	282
2.5.2	A impossibilidade e o inadimplemento da obrigação de não fazer	286
2.6	Tutela processual das obrigações de fazer e não fazer	290
2.6.1	Noções gerais.....	290
2.6.2	O cumprimento da sentença.....	293
2.6.3	A execução das obrigações de fazer e não fazer.....	303
2.6.4	A execução cumulada das obrigações de fazer e de pagar.....	305

Capítulo III ► Modalidades de Obrigações II – Classificação quanto aos

Elementos	307
1. Obrigações alternativas.....	308
1.1 Noções preliminares	308
1.2 Concentração	313
1.3 A obrigação alternativa como processo.....	316
1.4 Impossibilidade das prestações.....	317
2. Obrigações facultativas	321
2.1 Questões processuais relativas às obrigações alternativas e facultativas.....	324
3. Obrigações cumulativas.....	326
4. Obrigações fracionárias (conjuntas).....	328
5. Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	329
5.1 Introdução.....	329
5.2 Noções gerais sobre a indivisibilidade.....	331
5.3 A indivisibilidade e as modalidades de obrigações	334
5.4 Efeitos da indivisibilidade das obrigações.....	335
5.5 Perda da indivisibilidade.....	338
6. Obrigações solidárias	339
6.1 Noções gerais.....	339
6.2 Distinções entre a solidariedade e a indivisibilidade.....	352
6.3 Solidariedade ativa	355

6.3.1	Noções gerais	355
6.3.2	A solidariedade ativa e a coisa julgada	359
6.4	Solidariedade passiva	360
6.4.1	Noções gerais	360
6.4.2	Remissão e renúncia à solidariedade	366
6.4.3	A expansão da solidariedade passiva na reparação de danos injustos	368
	6.4.3.1 Relações entre a vítima e os responsáveis	369
	6.4.3.2 Vínculo interno entre os próprios responsáveis	373
6.4.4	A solidariedade passiva e o débito alimentar	374
6.4.5	A solidariedade cambiária	378
6.4.6	A solidariedade passiva e o chamamento ao processo	379

Capítulo IV ► Modalidades de Obrigações III – Classificação quanto à Exigibilidade e ao Conteúdo 383

1.	Classificação quanto à exigibilidade	384
1.1	Obrigações civis e obrigações naturais	384
1.2	Regime das obrigações naturais	386
1.3	Espécies de obrigações naturais	390
	1.3.1 Obrigações de trato social	390
	1.3.2 Obrigações fundadas em imperativos morais	393
1.4	Natureza jurídica da obrigação natural	398
	1.4.1 A obrigação natural como obrigação imperfeita	398
	1.4.2 A obrigação natural como dever extrajurídico	399
	1.4.3 A obrigação natural como relação juridicamente relevante	400
2.	Classificação quanto ao conteúdo	401
2.1	Obrigações de meio e de resultado	401
2.2	A relevância da classificação	406
2.3	A dicotomia à luz da boa-fé objetiva	409
2.4	Obrigações de meio e de resultado no CDC	411
2.5	Obrigações de garantia	412

Capítulo V ► Da Transmissão das Obrigações 417

1.	Introdução	418
1.1	Vicissitudes da obrigação	418
1.2	O crédito como objeto do tráfego jurídico	419
2.	Cessão de crédito	423
2.1	Noções gerais	423
2.2	Regime jurídico	427
2.3	Efeitos da cessão de crédito	438
2.4	Distinções entre a cessão de crédito e outros modelos jurídicos	445
	2.4.1 A cessão de crédito e a novação	445
	2.4.2 A cessão de crédito e a sub-rogação	445
3.	Assunção de dívida	447
3.1	Conceito e noções gerais	447
3.2	Modalidades de assunção de dívida	448

3.3	Requisitos da assunção de dívida	454
3.4	Efeitos da assunção de dívida.....	458
3.5	Distinções com modelos jurídicos afins.....	460
4.	Cessão de contrato ou cessão da posição contratual.....	463
4.1	Noções gerais.....	463
4.2	Requisitos	468
4.3	Efeitos.....	471
4.4	Distinções com outros modelos jurídicos	472
5.	Outras formas de transmissão das obrigações	474
5.1	Linhas gerais.....	474
5.2	Usufruto de créditos	474
5.3	Penhor de créditos.....	475
5.4	Cessão da garantia sobre o crédito	477
5.5	Endosso	478
5.6	Transmissão das obrigações ambientais.....	479

Capítulo VI ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações I..... 483

1.	Introdução	484
1.1	Premissas metodológicas	484
1.2	O adimplemento como modo de satisfação do interesse do credor.....	487
1.3	Natureza jurídica do adimplemento	490
1.4	O pagamento é somente um dever ou também é um direito do credor?.....	492
1.5	Princípios norteadores do adimplemento	494
1.5.1	Princípio da pontualidade	495
1.5.2	Princípio da boa-fé objetiva.....	496
2.	Requisitos subjetivos do pagamento.....	498
2.1	Quem paga – o <i>solvens</i>	499
2.1.1	Noções gerais.....	499
2.1.2	O terceiro interessado	500
2.1.3	O terceiro não interessado	503
2.2	Quem recebe – o <i>accipiens</i>	508
3.	Requisitos objetivos do pagamento.....	515
3.1	Do objeto do pagamento.....	515
3.2	Meios de pagamento	527
3.3	Da prova do pagamento.....	530
3.4	Local do pagamento.....	537
3.4.1	Regras gerais.....	537
3.4.2	Aspectos processuais.....	541
3.5	Tempo do pagamento	545

Capítulo VII ► Do Adimplemento e da Extinção das Obrigações II – Modalidades Especiais de Pagamento..... 553

1.	Introdução.....	554
2.	Pagamento em consignação	555

2.1	Fundamentos da consignação	555
2.2	Modalidades de depósito	557
2.3	Hipóteses de admissão da consignação	560
2.4	Pressupostos da consignação	565
2.5	Questões polêmicas do depósito	571
3.	Pagamento com sub-rogação	574
3.1	Noções introdutórias	574
3.2	Espécies de sub-rogação	576
3.3	Eficácia da sub-rogação	582
3.4	Tutela processual da sub-rogação	584
4.	Imputação do pagamento	586
4.1	Considerações introdutórias	586
4.2	Elementos da imputação do pagamento	587
5.	Dação em pagamento	591
5.1	Noções gerais	591
5.2	Requisitos	591
5.3	Aspectos relevantes	593
6.	Novação	596
6.1	Noções gerais	596
6.2	Pressupostos da novação	597
6.3	Modalidades	600
6.4	Efeitos	604
7.	Compensação	608
7.1	Noções gerais	608
7.2	Espécies	609
7.3	Limites à compensação	615
8.	Confusão	620
8.1	Noções gerais	620
8.2	Requisitos	621
8.3	Efeitos	623
9.	Remissão	624
9.1	Linhas gerais	624
9.2	Características	625
9.3	Efeitos	627
Capítulo VIII ► Do Inadimplemento das Obrigações I.....		629
1.	O inadimplemento e as obrigações complexas	630
2.	O inadimplemento e a Impossibilidade	633
2.1	Noções gerais	633
2.2	O gênero impossibilidade	634
2.3	A impossibilidade pela frustração do fim do contrato	639
2.4	A impossibilidade pela força maior ou caso fortuito	644
2.4.1	A força maior no contexto da COVID-19	649
2.5	A impossibilidade e onerosidade excessiva	652

3. O inadimplemento como gênero	654
4. Espécies de inadimplemento.....	656
4.1 Inadimplemento absoluto.....	656
4.1.1 Inadimplemento por fato relativo ao objeto da prestação.....	659
4.1.2 Inadimplemento por fato relativo ao interesse do credor	660
4.1.3 Inadimplemento mínimo ou “adimplemento substancial”.....	662
4.2 Mora.....	665
4.2.1 Mora do devedor.....	667
4.2.2 Mora do credor	675
4.2.3 Constituição em mora	679
4.2.4 Purgação da mora	686
4.3 Violação positiva do contrato.....	691
4.4 Inadimplemento antecipado	694
5. O inadimplemento e a dignidade da pessoa humana.....	696
6. O inadimplemento e o superendividamento.....	701
7. As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial (inadimplemento).....	704
7.1 O concurso de responsabilidades.....	711
7.2 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial	715

Capítulo IX ► Do Inadimplemento das Obrigações II – Consequências do Inadimplemento das Obrigações **719**

1. Remédios para o inadimplemento obrigacional.....	719
2. Perdas e danos.....	725
2.1 Noções gerais.....	725
3. Dano patrimonial.....	731
3.1 O dano emergente	731
3.2 O lucro cessante.....	736
3.3 A perda de uma chance	742
3.3.1 Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem.....	743
3.3.2 Perda de uma chance de se evitar um prejuízo.....	747
3.3.3 Perda de uma chance como espécie de dano emergente.....	750
4. Dano moral.....	752
4.1 Dano moral negocial	754
5. Juros.....	757
5.1 Noções introdutórias	757
5.2 Os juros moratórios no Código Civil.....	763
5.3 Os juros compensatórios no Código Civil	771
5.4 Os juros e as instituições financeiras	775
5.5 A capitalização dos juros.....	779
6. Cláusula penal.....	782
6.1 Introdução.....	782
6.2 Natureza	783

6.2.1	Acessoriedade	783
6.2.2	Obrigação facultativa	783
6.2.3	Negócio jurídico de garantia	784
6.2.4	Sujeitos da cláusula penal.....	784
6.2.5	Objeto da cláusula penal.....	784
6.3	Modalidades.....	785
6.3.1	Cláusula penal compensatória.....	785
6.3.2	Cláusula penal moratória	785
6.4	Funções.....	786
6.4.1	Função indenizatoria.....	787
6.4.2	Função coercitiva.....	787
6.5	A superação do modelo unitário da cláusula penal	787
6.5.1	O modelo unitário	787
6.5.2	Um novo olhar sobre a cláusula penal.....	788
6.5.3	A impo�s�o do modelo unitário no perfil funcional das obrigações	789
6.6	Espécies de cláusula penal.....	789
6.6.1	A cláusula penal <i>stricto sensu</i>	790
6.6.2	A cláusula penal de prefixa�o de indeniza�o	790
6.7	Interpreta�o da cláusula penal	791
6.8	Eficácia da cláusula penal.....	792
6.8.1	A constata�o do dano	792
6.8.2	A repara�o pelo dano excedente	794
6.8.3	A exigibilidade da pena convencional	795
6.8.4	O direito � pena e a resolu�o do contrato	796
6.9	Delimita�o perante modelos jurídicos próximos.....	798
6.9.1	A obriga�o alternativa.....	798
6.9.2	A multa penitencial.....	798
6.9.3	A cláusula de limita�o de indeniza�o.....	799
6.9.4	A cláusula de garantia	799
6.9.5	Arras.....	800
6.9.5.1	Arras confirmatórias.....	800
6.9.5.2	Arras penitenciais.....	801
6.9.6	Astreintes.....	801
6.10	A cláusula penal como pena privada	803
6.11	O controle da cláusula penal.....	806
6.11.1	A redu�o judicial da cláusula penal.....	807
6.11.2	O agravamento judicial das penas irrisórias	810
6.11.3	O controle normativo da cláusula penal	810
6.12	Cláusula penal e rela�es de consumo	811
6.12.1	A caracteriza�o da cláusula abusiva.....	811
6.12.2	A cláusula de decaimento.....	813
6.12.3	A cláusula penal em favor do consumidor.....	816
6.12.4	O controle dos contratos de adesão entre particulares	817
6.13	Cláusula penal e contratos empresariais.....	818
6.13.1	O controle dos contratos nos contratos empresariais.....	820
7.	Arras.....	825

7.1	Noções introdutórias	825
7.2	Arras confirmatórias	826
7.3	Arras penitenciais	830
CAPÍTULO X ► Enriquecimento Sem Causa		833
1.	Noções gerais.....	833
1.1	O enriquecimento sem causa no direito brasileiro	842
1.1.1	O Código Civil de 1916.....	842
1.1.2	O Código Civil de 2002.....	843
1.2	Um problema de terminologia: enriquecimento ilícito, enriquecimento sem causa e ilícito civil	846
2.	O enriquecimento sem causa como princípio	848
2.1	Introdução.....	848
2.2	Desdobramentos do enriquecimento sem causa como princípio.....	851
2.2.1	O enriquecimento sem causa e a fixação das indenizações.....	851
2.2.2	O enriquecimento sem causa e os negócios jurídicos.....	857
2.2.2.1	O retorno ao <i>status quo</i> nos casos de invalidade	857
2.2.2.2	O enriquecimento sem causa e o desequilíbrio econômico	859
2.2.3	O enriquecimento sem causa e a cláusula penal	861
3.	O enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	864
3.1	Introdução.....	864
3.2	Desdobramentos do enriquecimento sem causa como fonte de obrigações.....	865
3.2.1	O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do enriquecido	865
3.2.1.1	Enriquecimento obtido mediante fato injusto	865
3.2.2	O enriquecimento sem causa decorrente de um comportamento do empobrecido	869
3.2.2.1	O enriquecimento por prestação do empobrecido propriamente dito	869
3.2.2.2	O enriquecimento imposto	870
3.2.3	O enriquecimento decorrente de prestação de terceiro.....	872
4.	Pressupostos de configuração do enriquecimento sem causa	873
4.1	O enriquecimento.....	873
4.2	O empobrecimento (“à custa de outrem”).....	875
4.3	O nexo de causalidade.....	876
4.4	A ausência de justa causa.....	877
4.5	A ação de enriquecimento e a controvérsia acerca da subsidiariedade.....	878
5.	O enriquecimento sem causa e os institutos do pagamento indevido e da gestão de negócios.....	882
6.	Referências.....	885
Bibliografia		887